

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 004/2023**

**I. REGÊNCIA LEGAL**

LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, DECRETO FEDERAL 7.892/2013, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ATUALIZADA ATRAVÉS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 8.666/1993.

**II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**

**III. PROCESSO LICITATÓRIO**

**Nº 004/2023**

**IV. MODALIDADE**

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**SRP**  
**Nº 004/2023**

**V. OBJETO**

1.1 Constitui objeto da presente licitação o Sistema de Registro de Preço para Eventual Fornecimento parcelado de Material de Limpeza, Higiene Pessoal, Descartáveis, Apoio, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

1.1.1 - Os itens são destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

<b>I</b>	<b>Termo de Referência</b>
<b>II</b>	<b>Minuta de Contrato;</b>
<b>III</b>	<b>Modelo de Declaração de conhecimento do edital e atendimento às exigências de habilitação</b>
<b>IV</b>	<b>Modelo de Declaração de fatos impeditivos</b>
<b>V</b>	<b>Modelo de Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte</b>
<b>VI</b>	<b>Minuta da Ata de Registro de Preço</b>

**VI. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**MENOR PREÇO ITEM**

**VII. PRAZO DE ENTREGA**

**CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**

**VIII. REALIZAÇÃO**

Sessão pública por meio da internet, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

**IX. DATA E HORARIO PARA ABERTURA DA SESSÃO**

Local: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC (<https://bnc.org.br/>).

**Início do Acolhimento das Propostas: às 09 horas do dia 21/09/2023.**

**Fim de Recebimento e Abertura das Propostas: às 08 horas do dia 04/10/2023.**

**Início da Sessão de Disputa: às 09 horas do dia 04/10/2023.**

Modo de disputa: **ABERTO**

Margem de Lance Mínima: R\$ 0,01 (um centavo)

Referência de tempo: Horário de Brasília.

**X. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL**

Na plataforma do pregão eletrônico da BNC no site <https://bnc.org.br/>;

No Portal da Transparência Municipal sítio eletrônico  
<https://www.brejomdeus.pe.gov.br/>

Ou através de solicitação por e-mail: [licitacoes@brejomdeus.pe.gov.br](mailto:licitacoes@brejomdeus.pe.gov.br)

Ou no setor de Licitação da Prefeitura – Localizada na Praça Vereador Abel Freitas, s/n, Centro de Brejo da Madre de Deus, de segunda a sexta no horário das 08 horas às 13 horas.

Telefone de Contato do Setor de Licitação de Brejo da Madre de Deus – PE –  
**(81) 99136-2942**

**XI. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Conforme Decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º - “Na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

**XII. DO REGIME**

**EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI'S**

Em conformidade com o disposto nos Arts. 47 e 48, inc. I da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

**XIII. PREGOEIRO(A) RESPONSÁVEL**

Andréia Cristina de Melo Santos

Designada pela Portaria nº 023 de 02 de janeiro 2023.

**EDITAL**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 004/2023**

**O MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS - PE**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**, através do(a) pregoeiro(a), torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados, em sessão pública, por meio de internet, através do site <https://bnc.org.br/> fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme especificações no Termo de Referência constantes no Anexo I, deste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1- Constitui objeto da presente licitação o Sistema de Registro de Preço para Eventual Fornecimento parcelado de Material de Limpeza, Higiene Pessoal, Descartáveis, Apoio, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

**2. DO ÓRGÃO PROMOTOR DA LICITAÇÃO**

2.1 - O órgão promotor da licitação será o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS**

**3. DO CADASTRO/CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

3.1 - O licitante deverá realizar o cadastro através da Bolsa Nacional de Compras pelo site <http://bnc.org.br/> selecionar a opção cadastro e depois cadastrar a empresa de acordo com pacote ofertado pelo BNC e que melhor atenda a empresa cadastrada.

3.1.1 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras.

3.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de cadastramento, encaminhamento de proposta de preço, lances sucessivos de preços, documentos e habilitação em nome do licitante, através do Banco Nacional de Preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.3.1 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

3.3.2 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.3 - O cadastramento e credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 - A empresa participante do certame não deve ser identificada, antes da análise dos documentos de habilitação.

3.5 - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate (art. 44 e 45 da LC 123/2006).

3.6 - É da responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7 - Qualquer dúvida em relação ao acesso do sistema operacional, poderá ser esclarecida através do telefone/WhatsApp: (42) 3026-4550 - Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail [contato@bnc.org.br](mailto:contato@bnc.org.br).

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 - Poderão participar deste pregão os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com o credenciamento regular no sistema eletrônico do BNC - Bolsa Nacional de Compras, desde que apresente toda a documentação exigida no edital.

**4.2 – Nas Licitações que tiverem Cota Reservada e Cota Principal/Ampla Concorrência, e a mesma empresa vencer as cotas correspondentes, a contratação de ambas ocorrerá pela cota de menor preço.**

4.3 - Não será admitida nesta licitação a participação de interessados:

4.3.1 - Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/1993;

4.3.2 - Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

4.3.3 - Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998;

4.3.4 - Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.3.5 - Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3.5.1. Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobretudo a competitividade do certame.

4.3.6 - Empresas estrangeiras que não funcionem no País e/ou que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.7 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

4.3.8 - Que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

4.3.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2016-TCU-Plenário).

4.4 - A mera declaração da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidades previstas em Lei.

4.5 - O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4.6 - Ao participar do presente certame, o licitante declara tacitamente que:

4.6.1 - Não emprega menor de idade salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988.

4.6.2 - A inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Administração Pública Municipal de Brejo da Madre de Deus-PE.

4.6.3 - Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

## **5.0 - MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI**

5.1 - Para efeito de comprovação de empresa **ME/EPP/MEI** para usufruir de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e demais alterações, deverá ser comprovada mediante apresentação de um dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser anexados junto aos documentos de habilitação:

### **I – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:**

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

### **II – Empresas não optante pelo Sistema Simples de Tributação:**

a) **Quando não optante pelo simples nacional:** Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial,

deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006).

5.2 - Os documentos relacionados no subitem anterior poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, vinculada à Presidência da República, ou ainda pela certidão simplificada emitida pela junta comercial.

5.3 - Em atendimento ao Art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, “Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens/lotos de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)”, logo a participação para os itens que estejam com seu valor máximo admitido inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados.

5.4 - Para aqueles itens, cujo valor total máximo admitido ultrapasse os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será definido uma cota exclusiva para ME e EPP, de acordo com o Art. 48, inciso II da Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014: “deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte”.

5.5 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5.1 - Considera-se irregularidade a não apresentação da referida documentação, bem como a verificação da não regularidade fiscal ou trabalhista, pelo(a) pregoeiro(a), na sessão, por intermédio de consultas a sites oficiais.

5.6 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.6.1 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

5.7 - Caso existam itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.8 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou o melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.9 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.10 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.11 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.12 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **6. DO CADASTRO DAS PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Os licitantes encaminharão, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA**, concomitantemente com os **documentos de Habilitação exigidos no edital, Proposta em papel timbrado com a descrição do objeto ofertado, contendo marca, modelo, preço unitário e total de todos os itens ofertados**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação (**proposta + habilitação**).

6.1.1 - Caso não haja no sistema campo específico para inserção de algum documento, ele deverá ser inserido no espaço “Outros documentos”. Mesmo que haja divergências entre o Edital e o sistema, deve-se seguir as exigências do Edital.

6.2. O envio da proposta, e os documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA VIA SISTEMA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta de preços, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a fase para recebimento de propostas.

7.2 - A proposta será elaborada eletronicamente com base nas condições definidas neste edital e deverá conter:

7.2.1 - Valor unitário e total de cada item;

7.2.2 - Marca/Modelo/Fabricante (sempre que possível)

7.2.3 – Descrição detalhada do objeto.

7.2.4 - Quando tratar-se de itens/serviços de **produção própria é VEDADA** a identificação do licitante, tendo a empresa que inserir uma definição genérica como “*marca própria*” ou semelhante.

7.3. Todas as especificações contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.4 - Devem estar inclusos nos preços ofertados, além de todas os custos operacionais, as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a aquisição do objeto. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado, nem reclamados posteriormente.

7.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão de abertura do pregão, independentemente de declaração do licitante.

7.7 - Será desclassificada a proposta que não atenderem as exigências deste edital, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

**7.8 - É vedada qualquer tipo de identificação da empresa no preenchimento da proposta via sistema eletrônico, sob a pena de desclassificação.**

## 8. DO INÍCIO DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

8.1 - No horário indicado no preâmbulo deste edital e previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a análise das propostas de preços cadastradas no sistema.

8.2 – O(A) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado neste edital. Podendo desclassificar desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta preenchida **via sistema** que **identifique** o licitante.

8.4 - Todos os atos deverão ser motivados e registrados no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes. Os atos estarão registrados no *chat* da plataforma eletrônica.



8.5 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.6 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.7 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

8.8 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

8.9 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo visível para todos os participantes.

8.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá em relação aos lances deverá ser pelo valor definido no preâmbulo desse edital.

8.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, obedecendo os limites de intervalos mínimos informados no sistema.

8.12 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras abaixo estabelecidas:

8.13- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.14 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.15 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.17 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, conforme descrito acima, o(a) pregoeiro(a) poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.18 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.20 - No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21 – Não nos responsabilizamos pela desconexão dos licitantes, nem pelo acompanhamento do mesmo ao certame pelo sistema eletrônico.

8.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas

da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.23. O Critério de julgamento adotado constará no Preambulo deste Edital.

8.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem aos materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.4. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.1. É facultado ao pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.4.1.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.7. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.7.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

10.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.2 - Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.3 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.4 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a Habilitação.

## **11.0 – DA HABILITAÇÃO**

### **11.1 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

11.1.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.2 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

11.1.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.1.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.6 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.1.7 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.1.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de **todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

## **11.2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

11.2.1 - Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)**;

11.2.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, através de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União expedida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

11.2.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal - CRF emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante, ou certidão positiva com efeitos de negativa;

11.2.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante ou certidão positiva com efeitos de negativa;

11.2.5 - Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

11.2.6 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** – CNDT, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

## **11.3 – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:**

11.3.1 **Certidão negativa de falência**, de recuperação judicial e/ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, **180 (centos e oitenta) dias** anteriores à abertura desta sessão ou dentro do prazo de validade constante no documento, **OU**, no caso de empresas em recuperação judicial, que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.

11.3.1.1 Caso a certidão referida no item anterior contiver ressalva expressa que não abrange os Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, deverá a empresa licitante ainda comprovar sua qualificação econômico-financeiro através de outra(s) certidão(ões) abrangendo os **processos judiciais eletrônicos do 1º e do 2º grau**.

11.3.1.2 As empresas constituídas após a implantação do sistema de processo eletrônico – PJE, estão dispensadas de apresentar a certidão descrita no item 11.3.1 referente a certidão de processos físicos, desde que seja apresentada a de processos judiciais eletrônicos do 1º e do 2º grau.

#### **11.4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

11.4.1 - **ATESTADO** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido produtos e ou serviços compatível e pertinente com o objeto deste Edital, conforme especificações constantes nos lotes/itens devendo os atestados conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BREJO DA MADRE DE DEUS-PE possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

11.4.2 – Licença de funcionamento da **Vigilância Sanitária Municipal, ou Estadual ou Federal**.

As demais exigências de qualificação técnica poderão constar no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

#### **11.5 – DAS DECLARAÇÕES**

11.5.1 – **Modelo Declaração de conhecimento do edital e atendimento às exigências de habilitação** de acordo com o artigo 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002. (Anexo III)

11.5.2 – **Modelo Declaração de fatos supervenientes/impeditivos**. (Anexo IV)

11.5.3 – **Modelo Declaração Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**. (Anexo V).

11.6 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, neste Edital, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.7 – O(A) pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação **daqueles exigidos neste edital e já**

**apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, após a comunicação da solicitação, sob pena de inabilitação.

11.8 – Caso a licitante **não** anexe nenhum documento de habilitação no sistema, deverá a mesma ser inabilitada.

11.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **12 – DA DILIGÊNCIA E DA PROPOSTA VENCEDORA**

12.1 - Quaisquer interessados poderão requerer diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas ou dos documentos de habilitação, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a sua suspeita.

12.1.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.1.2 - Poderão ser solicitadas pelo(a) pregoeiro(a) informações técnicas e descrições dos itens para análise e parecer pela Secretaria demandante ou pelo(a) pregoeiro(a), correspondentes às propostas ou documentos de habilitação, caso seja necessária essa análise deverá ser solicitado aos licitantes que deverá atender à solicitação no prazo máximo de até 02 (duas) hora, ou de acordo com o tempo determinado pelo(a) pregoeiro(a), sob pena de não aceitação da proposta vencedora ou de inabilitação. Todos os pedidos devem ser comunicados aos licitantes no chat da plataforma eletrônica, como também deverão ser informados os resultados das análises.

12.1.3 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.1.4 – Para os casos de diligência, análise de propostas ou folders e análise de amostras solicitadas, havendo desclassificação do primeiro classificado pela avaliação técnica, o(a) pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com as verificações e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.2 - Em caso de inabilitação ou desclassificação, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência, o sistema automaticamente indicará a empresa e o lance subsequente, e, assim sucessivamente, pela ordem de classificação.

12.3 - Havendo necessidade, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.4 – Será solicitado pelo(a) pregoeiro(a) ao licitante declarado vencedor, para que apresente no prazo mínimo de 02 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance, podendo variar de acordo com determinação do(a) pregoeiro(a), onde será divulgado no *chat*, e a mesma deverá ser:

12.4.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.4.2 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.4.3 - A proposta final deverá ser anexada ao sistema, levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.4.4 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

12.4.5 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.4.6 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total/global, prevalecerão os primeiros.

**12.6 – A empresa só será declarada vencedora após atender todos os requisitos do edital.**

### **13. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO**

13.1 - Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referente ao processo licitatório serão enviadas ao pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico.

13.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até decisão definitiva a ela pertinente.

13.3. A decisão do(a) pregoeiro(a) sobre o julgamento da impugnação será comunicada ao licitante interessado, preferencialmente, até o dia anterior à data marcada para abertura das propostas, podendo tal comunicação ser feita na própria sessão de abertura, fazendo-se o registro no "chat".

13.4 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão através do sistema eletrônico plataforma da BNC.

13.5 – O(A) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

13.6. - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

13.7 - A impugnação e pedidos de esclarecimentos não possuem efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

13.7.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.8 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

13.9 - Todos os atos referentes aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgados pelo sistema.

## **14. DOS RECURSOS**

14.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2. Havendo quem se manifeste, caberá o(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.3. Nesse momento o(a) pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14.8. Todos os atos referentes aos recursos serão divulgados pelo sistema.

14.9. As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto,



exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

14.10 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente. Interposto o recurso, o(a) pregoeiro(a) poderá reconsiderar a sua decisão, devendo encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, observando os prazos previstos no § 4º do artigo 109 da lei 8.666/93.

14.11 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal previsto ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

14.11.1 - Ficará a critério do(a) pregoeiro(a) responder aos atos apresentados fora dos prazos legais.

14.12. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório, sendo o vencedor convocado para assinar o contrato no prazo definido neste edital.

## **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

15.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

16.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16.3 - Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro(a) adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

## **17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO**

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, cujo prazo de validade encontra-se neles fixados, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato, a Administração poderá encaminhá-los para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

17.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela administração.

17.3. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa, implica no reconhecimento de que:

17.4.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

### **17.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.**

17.6. Na assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência dos mesmos.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar da Ata de Registro de Preços/contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **18. DO REAJUSTAMENTO**

18.1. Durante a vigência da Contratação, os preços serão fixos e irrevogáveis exceto nas hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

## **19. DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. Os objetos/prestação de serviços descritos neste Edital e seus Anexos serão solicitados de acordo com as necessidades do Órgão Gerenciador, mediante emissão de Ordem de Fornecimento durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços de acordo com o Termo de Referência.

19.2. O órgão Gerenciador responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidas as Ordens de Fornecimento.

## **20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. O recebimento do objeto/prestação de serviço e da fiscalização constarão no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada constarão no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **22. DO PAGAMENTO**

22.1 As condições de pagamento constarão no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1 As sanções/penalidades administrativas constarão no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

24.1 - A presente licitação não importa necessariamente a contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

24.2 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata

desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.3 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

24.4 - Caso o adjudicatário não compareça para receber a nota de empenho ou assinar a Ata de Registro de Preço/Contrato ou qualquer outro documento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias do recebimento do aviso de homologação, ou, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não apresentar situação regular, poderá ser convocado, para substituir a Empresa vencedora, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições de suas propostas, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

24.5 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, conforme legislação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco - AMUPE e no Portal da Transparência do Município do Brejo da Madre de Deus - PE, através do sítio eletrônico [https://tenosoftsistemas.com.br/portal/v81/p\\_index/p\\_index.php](https://tenosoftsistemas.com.br/portal/v81/p_index/p_index.php).

24.6 – O(A) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.6.01 - No interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.7 - O vencedor deverá, durante a vigência da ata e do contrato/instrumento equivalente, manter as condições de habilitação apresentada na licitação.

24.8 - O Edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no portal da transparência do Município de Brejo da Madre de Deus - PE, sítio eletrônico: [https://tenosoftsistemas.com.br/portal/v81/p\\_index\\_entidades/p\\_index\\_entidades.php?municipio=136](https://tenosoftsistemas.com.br/portal/v81/p_index_entidades/p_index_entidades.php?municipio=136) ou quando solicitado, através de e-mail no endereço: [licitacoes@brejomdeus.pe.gov.br](mailto:licitacoes@brejomdeus.pe.gov.br) ou na plataforma eletrônica da BNC <https://bnc.org.br/>, ou ainda pessoalmente no setor de Licitação da Prefeitura de Brejo da Madre de Deus-PE, localizada na praça Abel de Freitas, s/n, centro – Brejo da Madre de Deus – PE. As informações e os esclarecimentos necessários ao conhecimento do objeto desta Licitação serão prestados pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, em qualquer dos meios citados acima.

24.9 – Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a) e, dependendo do caso, pela autoridade competente, nos termos da Legislação pertinente, para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda do presente Edital.

24.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Brejo da Madre de Deus - PE.

Brejo da Madre de Deus - PE, 20 de setembro de 2023.

---

**SÔNIA MARIA CATEL GERNER**  
Secretária do Fundo Municipal de  
Assistência Social

---

**ANDRÉIA CRISTINA DE MELO  
SANTOS**  
Pregoeira

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**

**ANEXO I**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 004/2023**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

- 1.1 - O presente Termo de Referência tem por objetivo o Sistema de Registro de Preço, para o fornecimento parcelado de Material de Limpeza, Higiene Pessoal, descartáveis, apoio.
- 1.2 - Os itens são destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social. As especificações, quantidades e condições estão descritas neste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1 – Justificamos a aquisição destes produtos para suprir as necessidades constantes de higiene e limpeza das dependências dos órgãos, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins da secretaria.
- 2.2 - Visamos manter a assepsia nos ambientes, diante do grande fluxo de pessoas, evitando a proliferação de vírus e bactérias dentro dos espaços de funcionamento, assim como materiais de uso pessoal. Além disso, procurando proporcionar uma estrutura mais adequada e salubre às atividades fins com a utilização dos materiais de limpeza e higienização pelos diversos usuários, conforme os itens e quantitativos detalhados neste Termo de Referência.
- 2.3 - O objetivo principal é manter a limpeza e higiene em todos os ambientes, bem como oferecer um atendimento diferenciado a população que frequentam os departamentos, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores que estão vinculadas aos prédios públicos. Com os materiais podemos oferecer ações com mais qualidade.
- 2.4 - Justifica-se ainda a referida aquisição para suprir o fornecimento interno do Almoxarifado, para darem atendimento de forma satisfatória às constantes demandas, na obtenção do desenvolvimento das atividades, haja vista que os materiais elencados são de suma importância para a manutenção e limpeza dos prédios públicos;
- 2.5 - Os itens também serão destinados a casa de apoio mantida e existente em nosso município, dos quais abrigam crianças e adolescentes;
- 2.6 - As quantidades foram estimadas com base no levantamento de nossas necessidades considerando-se as informações de consumos anteriores para a média a ser utilizada, redução de volume de estoques e conseqüentemente do custo de armazenagem, bem como de perdas por perecimento ou má conservação uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades.
- 2.7 - Diante do exposto, concluímos que a contratação do objeto, ora em tela, é imprescindível para darmos continuidade nas atribuições inerentes à administração pública para que ocorra o

bom funcionamento dos serviços essenciais ao desenvolvimento desta gestão, que continuará trazendo benefícios diretos e indiretos aos servidores e à população, sendo possível estabelecer o padrão que se pretende de forma objetiva por meio das especificações usualmente empregadas por fornecedores do ramo.

### **3. DO ÓRGÃO PROMOTOR**

3.1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

### **4. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

4.1 - A licitação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, regida pelo Decreto federal 10.024/2019 aplicando-se supletivamente a lei Federal nº 8.666/93, e legislações aplicáveis.

4.2 – Será adotado o Sistema de Registro de Preços, formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, uma vez que o SRP poderá ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços com necessidade de contratações frequentes, aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; aquisição de produtos com mais de um órgão ou entidade, padrões estes exatamente condizentes a nossa realidade, pois nosso objeto requer contratações frequentes e parceladas.

4.3 - Justifica-se também o SRP pela natureza do objeto, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo órgão, pois iremos adquirir os itens de acordo com as necessidades.

### **5. ANALISE DAS AMOSTRAS**

5.1 - **PODERÁ** ser solicitado aos licitantes apresentação das amostras por elas arrematados, no prazo **máximo 02 (dois) dias úteis**, contados do dia da solicitação através de mensagem enviada no sistema pelo(a) pregoeiro(a), onde será informado o local para entrega das amostras.

5.2 - Todas as amostras deverão ser entregues em suas embalagens originais de fabricação e apresentação, ser devidamente identificadas com o nome do licitante, dispor na embalagem de informação quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e marca.

5.3 - As amostras serão analisadas pelos fiscais.

5.4 - O licitante que não apresentar as referidas amostras no prazo estabelecido, condição ou sendo o mesmo incompatível terá a oferta do item desconsiderada para efeito de julgamento.

5.5 - **No ato da entrega das amostras a empresa deverá fornecer termo de doação dos itens.**

### **6. FORNECIMENTO DO OBJETO**

6.1 – O fornecimento dos itens será realizado por solicitações através das OF, só poderá ser iniciado após assinatura da ata de registro de preços ou do instrumento contratual

6.2 - Os itens serão fornecidos conforme especificações, quantitativos e programação definidos por este termo de referência.

6.3 - Os itens deveram ser fornecidos em embalagens originais do produto, deve conter registro, da data de fabricação e validade do produto estampado no rótulo da embalagem e o prazo de validade do item deve ter no **mínimo 06 meses de validade**.

6.4 - O setor de compras emitirá ordem de fornecimento com os pedidos para as empresas vencedoras, através de e-mails As ordens de fornecimento conterão: data, valor unitário do item, quantidade pretendida, **local para entrega**, carimbo e assinatura do responsável.

6.5 - A entrega dos itens solicitados é de responsabilidade do licitante vencedor.

6.6 - A nota de empenho poderá ser considerada como instrumento contratual.

6.7 - A entrega somente deverá ser efetuada pelo licitante vencedor após recebimento da Ordem de Fornecimento e deverá ser feita conforme locais descritos na OF que podem variar.

## **7. RECEBIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

7.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais definidos da seguinte forma:

- Fiscalização será realizada pela servidora municipal. **Paula Izabele de Lima Oliveira**, matricula sob nº 662-3, o qual solicitará os itens necessários ao licitante, sendo ele mesmo responsável pelo pedido como também o mesmo será responsável pelo recebimento provisório e definitivo dos itens solicitados.

7.2 - O recebimento dos itens acontecerá da seguinte forma:

7.2.1 - Após a emissão da respectiva ordem de fornecimento o objeto desta licitação deverá ser entregue no endereço indicado na ordem de fornecimento, das 7h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, conforme prazo estabelecido neste termo.

7.2.2 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinados pela parte, no ato da entrega do documento fiscal, para efeito de posterior verificação da conformidade;

7.2.3 - Definitivamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, considerando a qualidade, quantidade, prazos de validades, estado dos produtos e especificações e consequente aceitação, comprovada a conformidade desses com as especificações exigidas neste Edital, sendo, então, emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

7.3 - **O Prazo de entrega deverá ser de no máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de envio da ordem de fornecimento por e-mail.**

7.4 – Os produtos devem ser entregues de acordo no horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social **das 7:00 horas até a 13:00 horas**.



7.5 – Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência dos itens.

7.6– Os itens poderão ser rejeitados de forma total ou parcial, caso não estejam de acordo com as especificações do “Quadro” modelo no item 09 deste Termo de Referência, deverão os mesmos serem substituídos num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

## 8. VIGENCIA

8.1 – O prazo de vigência da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

8.2 – O prazo da ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, e se ao fim deste prazo houver saldo nos itens registrados poderá ser contratado os itens restantes pelo prazo máximo de até 12 (doze) meses, caso acordado entre as partes.

## 9. QUADRO ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS – REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	ACENDEDOR TIPO FÓSFORO EM MADEIRA, COMPOSTO DE VEGETAL E MINERIO, APRESENTADO NA FORMA DE PALITO, COM PONTA DE POLVORA, PACOTE CONTÉM 10 CAIXA COM 40 PALITOS CADA CAIXA, TAMANHO MÉDIO (COMPRIMENTO APROX.: 5 CM). COM SELO DO INMETRO. <b>PACOTE COM 10 CAIXAS.</b>	PACOTE	220	<b>R\$ 2,41</b>	<b>R\$ 530,20</b>
2	<b>ÁGUA SANITÁRIA FRASCO DE 1.000 ML.</b> SOLUÇÃO AQUOSA COM TEOR ATIVO DE CLORO MÍNIMO DE 2% COM VALIDADE PARA 6 MESES. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E PROCEDÊNCIA.	LITRO	2.000	<b>R\$ 2,45</b>	<b>R\$ 4.900,00</b>
3	<b>ALCOOL ETÍLICO</b> HIDRATADO A 90° INPM, EMBALAGEM PLÁSTICA. LIMPADOR DE USO GERAL. FRASCO COM 1 LITRO	LITRO	150	<b>R\$ 5,64</b>	<b>R\$ 846,00</b>
4	<b>AMACIANTE DE ROUPA</b> - AMACIANTE DE ROUPAS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, COMPOSIÇÃO CLORETO DE DIALQUILDIMETILAMÔNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMBALAGEM PLÁSTICA TAMP A ALÇA E BIODEGRADÁVEL, BOMBONA COM 5 LITROS.	BOMBONA	100	<b>R\$ 17,58</b>	<b>R\$ 1.758,00</b>
5	<b>APARELHO BARBEAR</b> <b>DESCARTAVEL / ESTOJO DE BARBEAR</b> COM 02 LÂMINAS PARALELAS, EM PLÁSTICO, DESCARTÁVEL. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDADE	100	<b>R\$ 1,93</b>	<b>R\$ 193,00</b>

6	<b>AVENTAL TIPO BATA EM PLÁSTICO</b> RESISTENTE, COM VIÉS NAS BORDAS PARA USO DOMESTICO PENDURA NO PESCOÇO E CORDÃO PARA AMARRAR NAS COSTAS, CORES DIVERSAS.	UNIDADE	20	<b>R\$ 10,57</b>	<b>R\$ 211,40</b>
7	<b>BACIA PLÁSTICA</b> EM POLIPROPILENO COM 20 CM DE DIÂMETRO E 10 CM DE PROFUNDIDADE, NA COR BRANCA.	UNIDADE	50	<b>R\$ 28,48</b>	<b>R\$ 1.424,00</b>
8	<b>BALDE PLÁSTICO</b> COM ALÇA, E PEGADOR, CAPACIDADE DE 15 LITROS, FORMATO CIRCULAR, RESISTENTE PARA ÁGUA.	UNIDADE	50	<b>R\$ 10,44</b>	<b>R\$ 522,00</b>
9	<b>BANDEJA PLÁSTICO RETANGULAR 48 X 33 BEGE.</b>	UNIDADE	100	<b>R\$ 24,10</b>	<b>R\$ 2.410,00</b>
10	<b>BANDEJA DE ISOPOR HF-02 (TIPO PARA HAMBURGUE).</b>	UNIDADE	2400	<b>R\$ 0,41</b>	<b>R\$ 984,00</b>
11	<b>BOTA SEGURANÇA- BOTA</b> SEGURANÇA, MATERIAL PVC-CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL-SOLA DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COR PRETA, TAMANHO 36/37/38/39/40/41/42, TIPO DE CANO CURTO, CARACTERÍSTICAS RESISTENTES, ABRASÃO, COM FORRO.	UNIDADE	50	<b>R\$ 78,43</b>	<b>R\$ 3.921,50</b>
12	<b>CLORO ATIVO LÍQUIDO, MÍNIMO DE 5% PARA LIMPEZA PESADA. BOMBONA COM 5 LITROS.</b> EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E PROCEDÊNCIA. <b>BOMBONA COM 5 LITROS.</b>	BOMBONA	50	<b>R\$ 25,37</b>	<b>R\$ 1.268,50</b>
13	<b>COADOR FILTRO DE PANO PARA CAFÉ 100% ALGODÃO TAMANHO G.</b>	UNIDADE	30	<b>R\$ 6,20</b>	<b>R\$ 186,00</b>
14	<b>COLHER DESCARTÁVEL (COLHER TIPO UTENSÍLIO DOMESTICO)</b> MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO <b>GRANDE</b> , PARA REFEIÇÕES. <b>PACOTE COM 50 UNIDADES.</b>	PACOTE	500	<b>R\$ 4,34</b>	<b>R\$ 2.170,00</b>
15	<b>COLHER DESCARTÁVEL (COLHER TIPO UTENSÍLIO DOMESTICO)</b> MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO <b>PEQUENO</b> PARA REFEIÇÕES. <b>PACOTE COM 50 UNIDADES.</b>	PACOTE	500	<b>R\$ 2,23</b>	<b>R\$ 1.115,00</b>
16	<b>COPO DESCARTÁVEL 150 ML</b> EM POLIESTIRENO NÃO RECICLADO, PARA LÍQUIDOS. OBSERVAÇÃO: <b>CAIXA COM 25 TIRAS</b> , CADA TIRA CONTENDO 100 UNIDADES, CAPACIDADE DE 150ML.	CAIXA	50	<b>R\$ 85,55</b>	<b>R\$ 4.277,50</b>
17	<b>POTE DESCÁRTAVEL REDONDO COM TAMPA 200 ML PACOTE COM 50 UNIDADES</b>	PACOTE	50	<b>R\$ 54,70</b>	<b>R\$ 2.735,00</b>
18	<b>COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL DE 50 ML - EM POLIPROPILENO,</b> ATÓXICO, TEMPERATURA MÁX. 100 C° <b>CAIXA COM 50 TIRAS</b> , CADA TIRA	CAIXA	10	<b>R\$ 71,09</b>	<b>R\$ 710,90</b>

	COM 100 UNIDADES DE COPOS.				
19	<b>CORDA</b> , USO EM VARAL - TIPO MATERIAL: NAYLON 100% POLIESTER, TIPO: PERNAS TRANÇADAS. UTILIZADO PARA ESTENDER ROUPAS, <b>PACOTE COM 15 METROS DE CORDA.</b>	PACOTE	50	<b>R\$ 6,27</b>	<b>R\$ 313,50</b>
20	<b>DESINFETANTE</b> - PRODUTO CONCENTRADO PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO COM PODER BACTERICIDA, ALTAMENTE CONCENTRADO PARA REMOÇÃO DE SUJIDADES (LIMPEZA PESADA), PARA USO EM PIAS, AZULEJOS, VASOS SANITÁRIOS, RALOS DE BANHEIRO E ETC. COM AROMA SUAVE, FORMULA: BIODEGRADAVE, DILUÍVEL. OBSERVAÇÃO: EMBALAGEM COM 500 ML	UNIDADE	2.000	<b>R\$ 6,37</b>	<b>R\$ 12.740,00</b>
21	<b>DESINFETANTE DE EUCALIPTO</b> , EMBALAGEM 500ML CONTENDO DADOS DE INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, VALIDADE E PROCEDÊNCIA.	UNIDADE	500	<b>R\$ 3,36</b>	<b>R\$ 1.680,00</b>
22	<b>DESODORIZANTE /AEROSOL / AROMATIZANTE</b> PARA PERFUMAR AMBIENTE COM PERFUME DE ROSAS, FRASCO COM 375 ML. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E PROCEDÊNCIA.	UNIDADE	200	<b>R\$ 8,22</b>	<b>R\$ 1.644,00</b>
23	<b>DETERGENTE</b> DOMESTICO, ASPECTO: LIQUIDO, FORMULA: BIODEGRADAVEL, FRAGRANCIA: INODORO, PH: NEUTRO <b>Observação: EMBALAGEM COM 500 ML</b>	UNIDADE	2.000	<b>R\$ 2,38</b>	<b>R\$ 4.760,00</b>
24	<b>ESCORREDOR DE PRATO DE PLÁSTICO GRANDE E RESISTENTE</b>	UNIDADE	15	<b>R\$ 98,45</b>	<b>R\$ 1.476,75</b>
25	<b>ESCOVA DE LIMPEZA</b> , UTENSÍLIO DOMESTICO, MATERIAL DO CABO: PLASTICO, MATERIAL DAS CERDA: POLIAMIDA (NYLON), RETANGULAR GRANDE PARA LIMPEZA EM GERAL, BASE PLÁSTICA, COM CERDAS NYLON FLEXÍVEIS, S/ALÇA, COMPRIMENTO CABO APROXIMADAMENTE 15 CM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	50	<b>R\$ 6,22</b>	<b>R\$ 311,00</b>
26	<b>ESPONJA DE LÃ DE AÇO</b> CARBONADO ABRASIVO PARA LIMPEZA EM GERAL ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO EMBALADO EM <b>PACOTE COM 08 UNIDADES.</b> EMBALAGEM COM 60 G. MARCA DO FABRCANTE E PRAZO DE VALIDADE.	PACOTE	500	<b>R\$ 2,36</b>	<b>R\$ 1.180,00</b>

27	<b>ESPONJA MULTIUSO</b> PARA LIMPEZA DUPLA FACE, MEDINDO 100MM X 71MM X 20MM, COM FORMATO RETANGULAR, ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA E FIBRA SINTÉTICA COM MATERIAL ABRASIVO, NA COR VERDE / AMARELA. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONTENDO O NOME DO FRABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE	1.000	<b>R\$ 2,94</b>	<b>R\$ 2.940,00</b>
28	<b>FLANELA 100% ALGODÃO</b> PARA LIMPEZA DOMESTICA, MATERIAL: 10% ALGODAO, MEDINDO 40 CM X 60 CM, NA COR LARANJA.	UNIDADE	200	<b>R\$ 2,46</b>	<b>R\$ 492,00</b>
29	<b>GARFO DESCARTÁVEL</b> (GARFO TIPO UTENSÍLIO DOMESTICO) MATERIAL: PLÁSTICO, <b>TAMANHO GRANDE</b> , PARA REFEIÇÕES. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	500	<b>R\$ 3,29</b>	<b>R\$ 1.645,00</b>
30	<b>GARFO DESCARTÁVEL</b> (GARFO TIPO UTENSÍLIO DOMESTICO) MATERIAL: PLÁSTICO, <b>TAMANHO PEQUENO</b> , PARA REFEIÇÕES. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	500	<b>R\$ 2,14</b>	<b>R\$ 1.070,00</b>
31	<b>GARRAFA TÉRMICA CAP. 2 LITROS, (UTENSILIO CULINARIO)</b> COM BICO, REVESTIDA EM PLASTICO RIGIDO, ACESSORIO: AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, CERTIABNT, COM TAMPA FORMATO DE COPO, COM ALÇA, CAPACIDADE PARA 01 LITROS.	UNIDADE	10	<b>R\$ 142,69</b>	<b>R\$ 1.426,90</b>
32	<b>GARRAFA TÉRMICA INOX 1,8L</b> PRESSÃO CAFÉ/CHÁ	UNIDADE	10	<b>R\$ 104,49</b>	<b>R\$ 1.044,90</b>
33	<b>GARRAFA TÉRMICA DE 1L</b> CAFÉ/CHÁ	UNIDADE	20	<b>R\$ 50,02</b>	<b>R\$ 1.000,40</b>
34	<b>GUARDANAPO DE PAPEL</b> MEDINDO 23 X 20 CM. FOLHA SIMPLES, LISO, NA COR BRANCA, SUPERIOR A 70%, MAXIMO DE 15MM/M2. <b>PACOTE COM 50 UNIDADES.</b>	PACOTE	20	<b>R\$ 2,26</b>	<b>R\$ 45,20</b>
35	<b>INSETICIDA AEROSSOL</b> AUTOMÁTICO, MULT <b>SBP</b> CITRONELA EMBALAGEM COM NO MINIMO 300ml EMBALAGEM DE PLÁSTICO LACRADOS INFORMAÇÕES CONDITAS NA EMBALAGEM.	UNIDADE	200	<b>R\$ 8,28</b>	<b>R\$ 1.656,00</b>
36	<b>LIMPA VIDROS</b> COM BORRIFADOR SPRAY, EMBALAGEM DE 500 ML.	UNIDADE	20	<b>R\$ 4,12</b>	<b>R\$ 82,40</b>

37	<b>LIXEIRA, TIPO: BALDE COM TAMPA EM PLÁSTICO COM 30 LITROS,</b> OBSERVAÇÕES: BALDE GRANDE, EM MATERIAL PLÁSTICO (POLIPROPILENO), TIPO BALDE PLÁSTICO COM TAMPA REDONDO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS, PODENDO SER UTILIZADO PARA LIXO, TAMANHO APROXIMADO 40,5X 35,5X49,0x 49,0 cm, CORES DIVERSAS.	UNIDADE	20	<b>R\$ 55,82</b>	<b>R\$ 1.116,40</b>
38	<b>LIXEIRA, TIPO: CESTO EM PLÁSTICO</b> FORMATO <b>TELADO</b> , MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 10L, PARA LIXO, TAMANHO 26 CM DE ALTURA X 27 CM DE DIÂMETRO, CORES DIVERSAS.	UNIDADE	30	<b>R\$ 13,17</b>	<b>R\$ 395,10</b>
39	<b>LUVA PROFISSIONAL P/ LIMPEZA TAMANHO GRANDE</b> COM REVESTIMENTO INTERNO: ALGODAO FLOCADO, COR: AMARELO, COM SUPERFICIE EXTERNA (PALMA) ANTIDERRAPANTE, <b>PUNHO: CURTO</b> , ESPESSURA: 0,60 MM, COMPRIMENTO APROXIMADO: 35 CM, BORRACHA DE LATEX NATURAL, NORMA NBR 13393. OBSERVAÇÃO: LUVA DE SEGURANCA PARA LIMPEZA PESADA, TAMANHO GRANDE, COM REVESTIMENTO INTERNO, REFORCADA, COM SUPERFICIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE.	PARES	100	<b>R\$ 17,74</b>	<b>R\$ 1.774,00</b>
40	<b>LUVA PROFISSIONAL P/ LIMPEZA TAMANHO GRANDE</b> COM REVESTIMENTO INTERNO: ALGODAO FLOCADO, COR: AMARELO, COM SUPERFICIE EXTERNA (PALMA) ANTIDERRAPANTE, <b>PUNHO: LONGO</b> , ESPESSURA: 0,60 MM, COMPRIMENTO APROXIMADO: 45 CM, BORRACHA DE LATEX NATURAL BORRACHA DE LATEX NATURAL, NORMA NBR 13393, OBSERVAÇÃO: LUVA DE SEGURANCA PARA LIMPEZA PESADA, TAMANHO GRANDE, COM REVESTIMENTO INTERNO, REFORCADA, COM SUPERFICIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE.	PARES	20	<b>R\$ 33,31</b>	<b>R\$ 666,20</b>

41	<b>LUVA PROFISSIONAL P/ LIMPEZA TAMANHO MÉDIO</b> COM REVESTIMENTO INTERNO: ALGODAO FLOCADO, COR: AMARELO, COM SUPERFICIE EXTERNA (PALMA) ANTIDERRAPANTE, <b>PUNHO: CURTO</b> , ESPESSURA: 0,60 MM, COMPRIMENTO APROXIMADO: 22 CM, BORRACHA DE LATEX NATURAL BORRACHA DE LATEX NATURAL, NORMA NBR 13393, OBSERVAÇÃO: LUVA DE SEGURANCA PARA LIMPEZA PESADA, TAMANHO MÉDIO, COM REVESTIMENTO INTERNO, REFORCADA, COM SUPERFICIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE.	PARES	50	<b>R\$ 2,92</b>	<b>R\$ 146,00</b>
42	<b>LUVA PROFISSIONAL P/ LIMPEZA TAMANHO MÉDIO</b> COM REVESTIMENTO INTERNO: ALGODAO FLOCADO, COR: AMARELO, COM SUPERFICIE EXTERNA (PALMA) ANTIDERRAPANTE, <b>PUNHO: LONGO</b> , ESPESSURA: 0,60 MM, COMPRIMENTO APROXIMADO: 35 CM, BORRACHA DE LATEX NATURAL, NORMA NBR 13393, OBSERVAÇÃO: LUVA DE SEGURANCA PARA LIMPEZA PESADA, TAMANHO MÉDIO, COM REVESTIMENTO INTERNO, REFORCADA, COM SUPERFICIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE.	PARES	50	<b>R\$ 13,47</b>	<b>R\$ 673,50</b>
43	<b>LUVA PROTEÇÃO</b> , MATERIAL: RASPA DE COURO, TAMANHO: ADULTO, TIPO: 5 DEDOS, AMBIDESTRA, APLICAÇÃO: SOLDADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇO EM COURO, FORRO ALGODÃO, TAMANHO: 41CM	UNIDADE	10	<b>R\$ 6,98</b>	<b>R\$ 69,80</b>
44	<b>MARMITEX (QUENTINHA)</b> DESCARTÁVEL, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO, (C X L): 26,5 X 23 CM 20 X 8,20 CM, COM TAMPA, MATERIAL: ISOPOR, FORMA ARREDONDADA, <b>CAIXA/EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.</b>	CAIXA	15	<b>R\$ 73,29</b>	<b>R\$ 1.099,35</b>
45	<b>MOP PÓ COMPLETO - EQUIPAMENTO DE LIMPEZA</b> - COM CABO DE ALUMÍNIO MEDINDO NO MINIMO 1,40M X 24 MM DE DIAMETRO, COM SUPORTE (ARMAÇÃO) DE TAMANHO MÉDIO NÃO INFERIOR A 60 CM TODO DE PLÁSTICO PROLIPROPILENO RESISTENTE E REFIL DE ALGODÃO.	UNIDADE	20	<b>R\$ 117,53</b>	<b>R\$ 2.350,60</b>

46	<b>PÁ COLETORA COM TAMPA</b> - PÁ DE PLÁSTICO RESISENTE E CABO DE ALUMINIO NA ALTURA MÍNIMO DA 1,10 M, PERMITINDO O RECOLHIMENTO DO LIXO SEM A NECESSIDADE DE ABAIXAR, PARA USO PROSSIONAL EM HOSPITAL.	UNIDADE	30	<b>R\$ 26,21</b>	<b>R\$ 786,30</b>
47	<b>PÁ COLETORA LIXO</b> - MATERIAL COLETOR: ALUMÍNIO ZINCADO, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 80 CM, COMPRIMENTO: 20 CM, LARGURA: 20 CM, APLICAÇÃO: LIMPEZA,	UNIDADE	50	<b>R\$ 9,15</b>	<b>R\$ 457,50</b>
48	<b>PÁ PLÁSTICA PARA COLETA DE LIXO</b> , COM CABO LEVE E RESISTENTE COM COMPRIMENTO DO CABO NÃO INFERIOR A 60CM.	UNIDADE	60	<b>R\$ 5,09</b>	<b>R\$ 305,40</b>
49	<b>PALITO DE DENTE</b> - PEQUENOS BASTONETES DE MADEIRA COM DUAS EXTREMIDADES AFINADAS, MATERIAL: MADEIRA, COMPRIMENTO APROXIMADO: 6,5 CM, FORNECIMENTO: <b>PACOTE</b> COM 25 CAIXAS, CADA CONTEM 100 UNIDADES DE PALITOS.	CAIXA	30	<b>R\$ 23,19</b>	<b>R\$ 695,70</b>
50	<b>PANO DE PRATO (LIMPEZA E HIGIENE)</b> PARA LIMPEZA NA COZINHA 100% ALGODÃO, MEDINDO 50 X 75 CM, COR BRANCA (ALVEJADO).	UNIDADE	200	<b>R\$ 5,71</b>	<b>R\$ 1.142,00</b>
51	<b>PAPEL ALUMÍNIO</b> DIMENSAO (L X C): 30 CM X 7,5 M. APRESENTADO EM ROLO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	ROLO	200	<b>R\$ 6,68</b>	<b>R\$ 1.336,00</b>
52	<b>PAPEL FILME BOMBINA 28CM X 300M</b>	BOMBINA	12	<b>R\$ 22,73</b>	<b>R\$ 272,76</b>
53	<b>PAPEL HIGIÊNICO COM 30 METROS (PACOTE COM 4 ROLOS)</b> , FABRICADO COM FIBRAS 100% CELULOSE VIRGEM, POSSUEM <b>FOLHA DUPLA</b> DE ALTA QUALIDADE ACABAMENTO: PICOTADO E GOFRADO DE ALTA QUALIDADE, EM PAPEL NÃO RECLICLADO, NA <b>COR BRANCA</b> ,	PACOTE	3500	<b>R\$ 5,99</b>	<b>R\$ 20.965,00</b>
54	<b>PAPEL TOALHA</b> , FOLHA SIMPLES, TEXTURA MACIO, APRESENTAÇÃO EM <b>ROLO</b> , <b>COR BRANCA</b> , FOLHAS INTERCALADAS, MACIAS E ABSORVENTES. OBSERVAÇÕES: <b>PACOTE CONTÉM 2 ROLOS</b> , CADA ROLO CONTÉM 60 TOALHAS MEDINDO (C X L): 22 X 20 CM.	PACOTE	200	<b>R\$ 6,55</b>	<b>R\$ 1.310,00</b>

55	<b>PAPEL TOALHA, TEXTURA/FORMATO CREPADO, INTERFOLHADO COM DUAS (02) DOBRAS 100% CELULOSE, COR BRANCA, FOLHAS INTERCALADAS, MACIAS E ABSORVENTES, PACOTE/FARDO/ COM 1000 (MIL) FOLHAS COM 1.000 FOLHAS, CADA FOLHA MEDINDO 23X27 CM.</b>	PACOTE	150	<b>R\$ 9,83</b>	<b>R\$ 1.474,50</b>
56	<b>PEDRA SANITÁRIA COM 35 G, COM SUPORTE PARA VASO SANITÁRIO COM FRANGÁCIAS, EM CONSISTÊNCIA SÓLIDA, EUCALIPTO, FLORAL, LAVANDA E PINHO. COMPOSTO DE 98,99% DE PARADICOROBENZENO.</b>	UNIDADE	800	<b>R\$ 1,31</b>	<b>R\$ 1.048,00</b>
57	<b>PREGADOR DE ROUPA PARA VARAL EM PLÁSTICO, UTILIZADO PARA PRENDER ROUPA NO VARAL. OBSERVAÇÃO: PACOTE COM 12 UNIDADES.</b>	PACOTE	200	<b>R\$ 2,28</b>	<b>R\$ 456,00</b>
58	<b>PILHA (COMUM), COMPOSICAO QUIMICA: ALCALINA, TAMANHO: AAA (PALITO), TENSAO: 1,5 V, FORNECIMENTO: N/A.OBSERVAÇÃO: PACOTE COM 04 UNIDADES.</b>	PACOTE	50	<b>R\$ 6,36</b>	<b>R\$ 318,00</b>
59	<b>PILHA (COMUM), COMPOSICAO QUIMICA: ZINCO-MANGANES, TAMANHO: AA (PEQUENA), TENSAO: 1,5 V, FORNECIMENTO: N/A, OBSERVAÇÃO: PACOTE COM 04 UNIDADES.</b>	PACOTE	50	<b>R\$ 9,82</b>	<b>R\$ 491,00</b>
60	<b>POLIDOR DE ALUMÍNIO - LIMPADOR, LIMPEZA DOMESTICA, PRODUTO LIQUIDO USADO PARA POLIR ALUMINIO. EMBALAGEM CONTENDO 500 ML.</b>	UNIDADE	150	<b>R\$ 2,72</b>	<b>R\$ 408,00</b>
61	<b>PRATO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL BRANCO 15 CM FUNDO COM 10 UNIDADES</b>	PACOTE	300	<b>R\$ 2,87</b>	<b>R\$ 861,00</b>
62	<b>PRATO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL BRANCO 15 CM RASO COM 10 UNIDADES</b>	PACOTE	300	<b>R\$ 2,10</b>	<b>R\$ 630,00</b>
63	<b>PRATO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL BRANCO 18 CM 176 mm RASO COM 10 UNIDADES</b>	PACOTE	300	<b>R\$ 4,24</b>	<b>R\$ 1.272,00</b>
64	<b>PRATO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL BRANCO 23 CM FUNDO COM 10 UNIDADES</b>	PACOTE	300	<b>R\$ 6,07</b>	<b>R\$ 1.821,00</b>
65	<b>PRATO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL BRANCO PR 21 CM COM 10 UNIDADES</b>	PACOTE	300	<b>R\$ 3,89</b>	<b>R\$ 1.167,00</b>



66	<b>PRESILHA PARA O MOP ÁGUA (MOP ÚMIDO) - TRAVA DE PLÁSTICO, ADAPTÁVEL AO CABO DE ALUMÍNIO E AO MOP ÚMIDO DE ALGODÃO. EQUIPAMENTO ALTAMENTE RESISTENTE DE PLÁSTICO PARA USO PROFISSIONAL COM DURABILIDADE PROLONGADA (CORES A ESCOLHER PELA SECRETARIA)</b>	UNIDADE	5	<b>R\$ 17,93</b>	<b>R\$ 89,65</b>
67	<b>REFIL PARA O MOP PÓ, MATERIAL: ALGODÃO ADAPTÁVEL AO SUPORTE DE PLÁSTICO, MATERIAL BASE: LONA, FECHAMENTO: LACO, LARGURA: 160 MM, COMPRIMENTO: 600 MM, COM TAMANHO MÉDIO DA BASE NÃO INFERIOR A 60 CM.</b>	UNIDADE	25	<b>R\$ 30,33</b>	<b>R\$ 758,25</b>
68	<b>RODO PARA PISO, UTENSILIO DOMESTICO COM CABO EM MADEIRA, RESISTENTE E REVESTIDO COM PLÁSTICO, BASE EM PLÁSTICO MEDINDO 30 CM, COM LÂMINA DE BORRACHA DUPLA DE EXCELENTE DURABILIDADE. A BORRACHA DEVE ULTRAPASSAR A BASE EM NO MÍNIMO 25MM.</b>	UNIDADE	100	<b>R\$ 6,78</b>	<b>R\$ 678,00</b>
69	<b>SABÃO EM BARRA (PARA LIMPEZA DOMESTICA), TABLETE DE 200 GRAMAS CADA, FRAGANCIA: NEUTRO, COMPOSIÇÃO BÁSICA, CARBONATO DE SÓDIO, CORANTE CARBONATO DE CÁLCIO, ESPECIFICAÇÕES CORANTE E ÁGUA COMUM, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO COM 5 UNIDADES DE 200 GRAMAS CADA. PACOTES COM 05 (CINCO) UNIDADES.</b>	PACOTE	300	<b>R\$ 11,84</b>	<b>R\$ 3.552,00</b>
70	<b>SABÃO EM PÓ EMBALAGEM COM 500 GRAMAS, SABÃO LAVA ROUPAS, ALVEJANTE PARA REMOÇÃO DE MANCHAS EM TECIDOS, EM MÁQUINAS, POLÍMEROS ACRÍLICO, ENZIMAS PERFUME E ÁGUA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 500 GRAMAS.</b>	PACOTE	2.000	<b>R\$ 5,82</b>	<b>R\$ 11.640,00</b>
71	<b>SACO DE CHÃO 100% EM ALGODÃO RESISTENTE, ALVEJADO, COM AS BORDAS COSTURADAS. TAMANHO 50 X 75CM, PESO POR UNIDADE DE NO MÍNIMO 140 GRAMAS.</b>	UNIDADE	500	<b>R\$ 4,02</b>	<b>R\$ 2.010,00</b>
72	<b>SACO PLÁSTICO BOBINADO TRANSPARENTE, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, APRESENTAÇÃO: ROLO/BOBINA COM 500 SACOS, TAMANHO DE CADA SACO: 35CM X 50CM, FECHAMENTO: PICOTADO. OBSERVAÇÃO: ROLO (BOBINA COM 500 SACOS).</b>	ROLO	50	<b>R\$ 47,66</b>	<b>R\$ 2.383,00</b>

73	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO COMUM CAPACIDADE 100 LITROS - EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PARA COLETA SELETIVA DE LIXO, TIPO DE COSTURA SIMPLES, MEDINDA/ESPESSURA: 0,12 MM, ALTURA: 1050 MM, LARGURA: 750 MM, NA COR PRETA OU AZUL. PACOTE COM 100 UNIDADES</b>	PACOTE	100	<b>R\$ 44,85</b>	<b>R\$ 4.485,00</b>
74	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO COMUM CAPACIDADE 30 LITROS - EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PARA COLETA SELETIVA DE LIXO, TIPO DE COSTURA SIMPLES, MEDINDA/ESPESSURA: 0,30 MM, ALTURA: 620 MM, LARGURA: 590 MM, NA COR PRETA OU AZUL. PACOTE 50 UNIDADES.</b>	PACOTE	120	<b>R\$ 17,24</b>	<b>R\$ 2.068,80</b>
75	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO COMUM CAPACIDADE 50 LITROS - EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PARA COLETA SELETIVA DE LIXO, TIPO DE COSTURA SIMPLES, MEDINDA/ESPESSURA: 0,12 MM, ALTURA: 630 MM, LARGURA: 800 MM, NA COR PRETA OU AZUL. PACOTE COM 10 UNIDADES</b>	PACOTE	1000	<b>R\$ 2,92</b>	<b>R\$ 2.920,00</b>
76	<b>VASSOURA COM CABO, UTENSILIO DOMESTICO, MODELO: LAVATINA, MATERIAL CABO: PLASTICO, MATERIAL CERDA: POLIAMIDA (NYLON), COMPRIMENTO (CABO X CERDA): MINIMO 21,5 CM</b>	UNIDADE	100	<b>R\$ 6,01</b>	<b>R\$ 601,00</b>
77	<b>VASSOURA 40 CM COM CABO, UTENSILIO DOMESTICO, MODELO: VASSOURA DE NAYLON, MATERIAL CABO: MADEIRA REVESTIDA COM PLASTICO, MATERIAL CERDA:</b>	UNIDADE	100	<b>R\$ 14,44</b>	<b>R\$ 1.444,00</b>
78	<b>VASSOURA PIAÇAVA- VASSOURA MATERIAL CERDAS: PIAÇAVA, MATERIAL CEPA: MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA: 40 CM, COMPRIMENTO CERDAS: MÍNIMO 9 CM, TIPO: GARI, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO ROSQUEADO, MATERIAL CABO: MADEIRA</b>	UNIDADE	50	<b>R\$ 12,79</b>	<b>R\$ 639,50</b>
79	<b>VASSOURA 25 CM, MATERIAL CERDAS NAYLON, MATERIAL CEPA POLIPROPILENO, COMPRIMENTO CEPA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PONTEIRA ALÇA, CABO ROSQUEADO DE 1,20M DE COMPRIMENTO</b>	UNIDADE	50	<b>R\$ 8,78</b>	<b>R\$ 439,00</b>
80	<b>SABONETE SÓLIDO EM BARRA 90 GR.NEUTRO COM GLICERINA E FRAGRÂNCIA DIVERSAS, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, PRIMEIRA LINHA, EMBALAGEM COM</b>	UNIDADE	800	<b>R\$ 2,11</b>	<b>R\$ 1.688,00</b>

	85 GR CADA.				
81	<b>SHAMPOO E CONDICIONADOR. KIT</b> COM 2 UNIDADES (UM SHAMPOO E OUTRO CONDICIONADOS) TAMANHO DE CADA EMBALAGEM 325ML CADA, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, FRAGRÂNCIA DIVERSAS.	KIT	100	<b>R\$ 37,43</b>	<b>R\$ 3.743,00</b>
82	<b>ABSORVENTE HIGIÊNICO, USO</b> EXTERNO NORMAL, COM GEL TRIPLA PROTEÇÃO, COBERTURA SECA, FORMATO RETANGULAR COM ABAS. PACOTE COM 8 UNIDADES	PACOTE	300	<b>R\$ 5,56</b>	<b>R\$ 1.668,00</b>
83	<b>ABSORVENTE HIGIÊNICO, USO</b> EXTERNO NORMAL, COM GEL TRIPLA PROTEÇÃO, COBERTURA SUAVE, FORMATO RETANGULAR COM ABAS. PACOTE COM 8 UNIDADES	PACOTE	300	<b>R\$ 6,52</b>	<b>R\$ 1.956,00</b>
84	<b>CREME DE CABELO</b> PARA PENTEAR, SEM ENXÁGUE, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM COM QUANTIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 1 KG.	UNIDADE	50	<b>R\$ 24,78</b>	<b>R\$ 1.239,00</b>
85	<b>CORTADOR DE UNHA PEQUENO</b> DE MÃO COM ÂNGULO DE ABERTURA PARA UM CORTE RETO E PRECISO, AÇO NIQUELADO CROMADO, PRATEADO.	UNIDADE	15	<b>R\$ 6,69</b>	<b>R\$ 100,35</b>
86	<b>CORTADOR DE UNHA GRANDE</b> DE MÃO COM ÂNGULO DE ABERTURA PARA UM CORTE RETO E PRECISO, AÇO NIQUELADO CROMADO, PRATEADO	UNIDADE	15	<b>R\$ 11,60</b>	<b>R\$ 174,00</b>
87	<b>CHINELO DE BORRACHA</b> COM TIRA, TIPO HAVAIANA/IPANEMA OU SIMILAR TRADICIONAL, COR NEUTRA, TAMANHOS DIVERSOS A DEFINIR DO 15 AO 42.	PAR	50	<b>R\$ 13,80</b>	<b>R\$ 690,00</b>
88	<b>DESODORANTE AEROSOL</b> ANTITRANSPIRANTE. MÍNIMO 80% DA DATA DE FABRICAÇÃO- ANOS, UNISEX. TAMANHO MÍNIMO 150ML.	UNIDADE	200	<b>R\$ 13,80</b>	<b>R\$ 2.760,00</b>
89	<b>FRALDA DESCARTAVEL</b> INFANTIL, FORMATO ANATÔMICO, COM FLOCOS EM GEL, ABAS ATIVAZAMENTO E FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEL, DIURNO TAMANHO: RECÉM NASCIDO	UNIDADE	4000	<b>R\$ 0,46</b>	<b>R\$ 1.840,00</b>
90	<b>FRALDA DESCARTAVEL</b> INFANTIL, FORMATO ANATÔMICO, COM FLOCOS EM GEL, ABAS ATIVAZAMENTO E FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEL, DIURNO.	UNIDADE	4000	<b>R\$ 0,44</b>	<b>R\$ 1.760,00</b>

	TAMANHO: PEQUENO.				
91	<b>FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL</b> , FORMATO ANATÔMICO, COM FLOCOS EM GEL, ABAS ATIVAZAMENTO E FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEL, DIURNO. TAMANHO: MÉDIO	UNIDADE	5000	<b>R\$ 0,65</b>	<b>R\$ 3.250,00</b>
92	<b>FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL</b> , FORMATO ANATÔMICO, COM FLOCOS EM GEL, ABAS ATIVAZAMENTO E FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEL, DIURNO. TAMANHO: GRANDE.	UNIDADE	4000	<b>R\$ 0,87</b>	<b>R\$ 3.480,00</b>
93	<b>FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL</b> , FORMATO ANATÔMICO, COM FLOCOS EM GEL, ABAS ATIVAZAMENTO E FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEL, DIURNO. TAMANHO: XG.	UNIDADE	4000	<b>R\$ 1,24</b>	<b>R\$ 4.960,00</b>
94	<b>FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL</b> , FORMATO ANATÔMICO, COM FLOCOS EM GEL, ABAS ATIVAZAMENTO E FAIXA AJUSTÁVEL, FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEL, DIURNO. TAMANHO: XXG.	UNIDADE	4000	<b>R\$ 1,87</b>	<b>R\$ 7.480,00</b>
95	<b>ESCOVA DE DENTE ADULTO</b> <b>UNISEX</b> . MANUAL, CERDAS MACIA EM FORMATO V PARA MELHOR LIMPEZA DOS DENTES, COM LIMPADOR DE LÍNGUA,	UNIDADE	180	<b>R\$ 4,36</b>	<b>R\$ 784,80</b>
96	<b>ESCOVA DE DENTE INFANTIL</b> UNISEX, EXTRA SUAVE, CABO ANTIADERENTE, CABO FLEXIVEL E ANTIDERRAPANDE, ESCOVA COM LIMPADOR DE LÍNGUA.	UNIDADE	100	<b>R\$ 3,77</b>	<b>R\$ 377,00</b>
97	<b>GEL DENTAL INFANTIL</b> SABOR TUTTI FRUTI, MORANGO OU SIMILAR COM FLUOR ATIVO, TAMANHO: 90G	UNIDADE	60	<b>R\$ 4,59</b>	<b>R\$ 275,40</b>
98	<b>CREME DENTAL COM FLÚOR</b> ATIVO, PROTEÇÃO ANTICARIES. TAMANHO: 90G	UNIDADE	60	<b>R\$ 5,85</b>	<b>R\$ 351,00</b>
99	<b>CREME DENTAL COM FLÚOR</b> ATIVO, PROTEÇÃO ANTICARIES TAMANHO: 180G	UNIDADE	60	<b>R\$ 9,62</b>	<b>R\$ 577,20</b>
100	<b>COLONIA FEMININA</b> , FRAGANCIA LAVANDA E SUAVE EMBALAGEM COM 1 LITRO	UNIDADE	25	<b>R\$ 13,74</b>	<b>R\$ 343,50</b>
101	<b>SABONETE</b> ANTIBACTERIANO: TAMANHO: 90G	UNIDADE	50	<b>R\$ 2,49</b>	<b>R\$ 124,50</b>
102	<b>COTONETES HASTES</b> DE PLÁSTICO FLEXIVEIS COM PONTA DE ALGODÃO, COM 02 PONTAS, DE APLICAÇÃO HIGIENE PESSOAL. COM 75 UNIDADES	UNIDADE	50	<b>R\$ 3,50</b>	<b>R\$ 175,00</b>
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 184.684,11</b>

9.1 – Valor Total Estimado em **R\$ 184.684,11** (Cento e oitenta e quatro mil seiscentos e oitenta e quatro reais e onze centavos).

## **10. PAGAMENTOS**

10.1 – O pagamento será realizado até o décimo dia do mês subsequente a entrega, após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo dos itens, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com este Termo de Referência.

10.2 - O pagamento só será autorizado após o cumprimento do disposto neste Termo de Referência.

10.3 - Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação pelo município.

10.4 - O Licitante deverá enviar a nota fiscal na mesma data de sua emissão, sendo esta emitida em dias úteis e horários comerciais, para o e-mail informado nas ordens de fornecimento mesmo que a mercadoria chegue ao município após a data de emissão. O não envio, acarretará no cancelamento da mesma, caso chegue a nosso município após a data de sua emissão.

10.5 – O Setor financeiro verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

10.6 – Será deduzido do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

10.7 - A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 7º, § 2º do Decreto Federal nº 7.892/2013.

## **12. PENALIDADES**

12.1 - O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

12.2 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com a cidade de Brejo da Madre de Deus - PE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;

- d) Não manter a proposta;
- e) Deixar de entregar documentação exigida no certame e quando esta conduta caracterizar fraude à licitação pública;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fazer declaração falsa.

12.3 - As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:

I - Multa, nos seguintes termos:

- a) pelo atraso na execução do objeto contratual, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;
- b) pela recusa na execução do objeto contratual, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- c) pela demora em refazer ou corrigir falhas na execução do objeto contratual, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;
- d) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na execução do objeto contratual, entendendo-se como recusa a não correção de falhas nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou no Instrumento Convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento.

II - Impedimento de licitar e contratar com a cidade de Brejo da Madre - PE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item I.

12.4 - A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

- I - Atraso injustificado na execução do contrato;
- II - Inexecução total ou parcial do contrato;

12.4.1 - O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 10 (dez) dias.

12.4.2 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

12.5 - O valor correspondente à multa será descontado dos pagamentos subsequentes devidos pelo CONTRATANTE em decorrência da execução contratual ou cobrado judicialmente.

12.6 - Objetivando evitar dano ao Erário, o Diretor Geral poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

12.7 - A competência para a aplicação das sanções e multas é atribuída às seguintes autoridades:

I – Ordenador de Despesa – Secretários e Prefeito Municipal;

12.8 - As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

12.9 - Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

12.10 - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

### **13. PRAZO PARA A ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

13.1. O prazo para a assinatura do contrato deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação e em conforme com o art. 64 da Lei nº 8.666/93.

### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Constituem obrigações da contratada, além das constantes nos artigos 69 e 70 da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

14.1.1 - Obedecer às especificações constantes neste Termo;

14.1.2 - Responsabilizar-se pelo fornecimento, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.1.3 - Fornecer os itens dentro do prazo estipulado neste termo;

14.1.4 - O retardamento do fornecimento não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.1.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou

reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.1.6 - Manter com a contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.1.7 - Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes do fornecimento do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento objeto deste Termo;

14.1.8 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

## **15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

15.1. Constituem obrigações do contratante:

15.1.1. Exercer a fiscalização da execução do objeto licitado;

15.1.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

15.1.3. Efetuar o pagamento devido, na forma estabelecida neste Termo;

15.1.4. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da entrega dos produtos pela CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;

15.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada;

15.1.6. Analisar a nota fiscal para verificar se a mesma é destinada a Instituição e se as especificações são as mesmas descritas neste termo de referência;

15.1.7. Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

15.1.8. À Contratante, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto;

15.1.9. O recebimento do objeto deste Termo será provisório, para posterior verificação, da sua conformidade com as especificações e da proposta pela área técnica competente, garantindo sua conformidade com o objeto licitado.



## **16.DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei 10.520/2002 e nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

---

**Paula Izabele de Lima Oliveira**  
Matricula sob nº 662-3

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**  
**ANEXO II**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2023**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 004/2023**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO**  
**QUE ENTRE SI CELEBRAM O**  
**MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE**  
**DE DEUS E A EMPRESA**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS**, Estado de Pernambuco, Entidade de Direito Público, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrita no **CNPJ nº 11.153.403/0001-97**, com sede na Rua José Bonifácio, 17, Brejo da Madre de Deus- PE, neste ato representada pela Sra. **SONIA MARIA CATEL GERNER**, portadora do CPF nº 015.906.488-03 e Cédula de Identidade nº 489.010 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Cônego Lira, 232 – Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus- PE, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada legalmente por seu representante legal \_\_\_\_\_, portador do CPF/MF nº \_\_\_\_\_ de da CI nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATADA**, estando de acordo com o respectivo **Processo Licitatório**, sob o esteio da Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002, sob as cláusulas e condições a seguir expressas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO**

1.1. Este contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, por suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto do presente acordo a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de **Material de Limpeza, Higiene Pessoal, Descartáveis, Apoio, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.**

2.2. São partes integrantes deste Contrato para todos os fins de direito, o Saldo da Ata nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, o Edital e o Termo de Referência do **Processo Licitatório Nº 004/2023, Pregão Eletrônico SRP Nº 004/2023.**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. O contrato terá prazo de vigência de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, a partir da data da sua assinatura, respeitando a vigência dos créditos orçamentários, admitindo-se a prorrogação apenas ocorrendo uma das situações previstas no §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93,

observando que toda prorrogação deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, nos termos do §2º do art. 57, da Lei 8.666/93.

3.2. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo ou Apostilamento.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

4.1. Pelo objeto deste contrato, o Contratante pagará à Contratada o valor de \_\_\_\_\_, conforme quantitativos e especificações constantes abaixo:

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>QUANT.</b>	<b>MARCA</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>

4.2 - Nos valores acima definidos estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes e quaisquer outros encargos e despesas incidentes.

4.3 - O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias uteis, após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo dos itens, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com o objeto solicitado.

4.4 - A Nota fiscal só deverá ser emitida mediante ordem de fornecimento. A entrega deverá vir acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recibo em 02 (duas) vias, atestados pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.

4.5 - Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação pelo município.

4.6 – A contratada deverá enviar a nota fiscal na mesma data de sua emissão para o mesmo e-mail que foi enviado a ordem de fornecimento ou poderá ser entregue na Prefeitura, no setor financeiro.

4.7 – O setor financeiro verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

4.8 - O setor financeiro deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas na seguinte dotação orçamentária:

.....

## **CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO, RECEBIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

6.1 - O fornecimento dos itens será realizado por solicitações através das OF, só poderá ser iniciado após assinatura da ata de registro de preços ou do instrumento contratual

6.2 - Os itens serão fornecidos conforme especificações, quantitativos e programação definidos por este termo de referência.

6.3 - Os itens deveram ser fornecidos em embalagens originais do produto, deve conter registro, da data de fabricação e validade do produto estampado no rótulo da embalagem e o prazo de validade do item deve ter no **mínimo 06 meses de validade**.

6.4 - O setor de compras emitirá ordem de fornecimento com os pedidos para as empresas vencedoras, através de e-mails As ordens de fornecimento conterão: data, valor unitário do item, quantidade pretendida, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável.

6.5 - A entrega dos itens solicitados é de responsabilidade do licitante vencedor.

6.6 - A nota de empenho poderá ser considerada como instrumento contratual.

6.7 - A entrega somente deverá ser efetuada pelo licitante vencedor após recebimento da Ordem de Fornecimento e deverá ser feita conforme locais descritos na OF que podem variar.

6.8 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais definidos da seguinte forma:

- Fiscalização será realizada pela servidora municipal. **Paula Izabele de Lima Oliveira**, matricula sob nº 662-3, o qual solicitará os itens necessários ao licitante, sendo ele mesmo responsável pelo pedido como também o mesmo será responsável pelo recebimento provisório e definitivo dos itens solicitados.

6.9 - O recebimento dos itens acontecerá da seguinte forma:

6.9.1 - Após a emissão da respectiva ordem de fornecimento o objeto desta licitação deverá ser entregue no endereço indicado na ordem de fornecimento, das 7h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, conforme prazo estabelecido neste termo.

6.9.2 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinados pela parte, no ato da entrega do documento fiscal, para efeito de posterior verificação da conformidade;

6.9.3 - Definitivamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, considerando a qualidade, quantidade, prazos de validades, estado dos produtos e especificações e consequente aceitação, comprovada a conformidade desses com as especificações exigidas neste Edital, sendo, então, emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

6.10 - **O Prazo de entrega deverá ser de no máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de envio da ordem de fornecimento por e-mail.**

6.11 – Os produtos devem ser entregues de acordo no horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social **das 7:00 horas até a 13:00 horas.**

6.12 – Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência dos itens.

6.13 – Os itens poderão ser rejeitados de forma total ou parcial, caso não estejam de acordo com as especificações do “Quadro” modelo no item 09 deste Termo de Referência, deverão os mesmos serem substituídos num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

7.1 - Durante a vigência da Contratação, os preços serão fixos e irremovíveis exceto nas hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

##### **DA CONTRATADA**

9.1. Constituem obrigações da contratada, além das constantes nos artigos 69 e 70 da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

9.1.1 - Obedecer às especificações constantes neste Termo;

9.1.2 - Responsabilizar-se pelo fornecimento, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

9.1.3 - Fornecer os itens dentro do prazo estipulado neste termo;

9.1.4 - O retardamento do fornecimento não justificado considerar-se-á como infração contratual;

9.1.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

9.1.6 - Manter com a contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

9.1.7 - Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes do fornecimento do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo,

inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento objeto deste Termo;

9.1.8 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

## **9.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.2.1. Exercer a fiscalização da execução do objeto licitado;

9.2.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

9.2.3. Efetuar o pagamento devido, na forma estabelecida neste Termo;

9.2.4. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da entrega dos produtos pela CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;

9.2.5. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada;

9.2.6. Analisar a nota fiscal para verificar se a mesma é destinada a Instituição e se as especificações são as mesmas descritas neste termo de referência;

9.2.7. Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

9.2.8. À Contratante, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto;

9.2.9. O recebimento do objeto deste Termo será provisório, para posterior verificação, da sua conformidade com as especificações e da proposta pela área técnica competente, garantindo sua conformidade com o objeto licitado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

10.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. A inexecução total ou parcial do objeto desta licitação ensejará a rescisão do Contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

11.2. As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 – Compete à fiscalização:

- Fiscalização será realizada pela servidora municipal. **Paula Izabele de Lima Oliveira**, matrícula sob nº 662-3, o qual solicitará os itens necessários ao licitante, sendo ele mesmo responsável pelo pedido como também o mesmo será responsável pelo recebimento provisório e definitivo dos itens solicitados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES/PENALIDADES**

13.1 - O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

13.2 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com a cidade de Brejo da Madre de Deus - PE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Não manter a proposta;
- e) Deixar de entregar documentação exigida no certame e quando esta conduta caracterizar fraude à licitação pública;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fazer declaração falsa.

13.3 - As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:

I - Multa, nos seguintes termos:

- a) pelo atraso na execução do objeto contratual, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;
- b) pela recusa na execução do objeto contratual, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- c) pela demora em refazer ou corrigir falhas na execução do objeto contratual, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;
- d) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na execução do objeto contratual, entendendo-se como recusa a não correção de falhas nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou no Instrumento Convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento.

II - Impedimento de licitar e contratar com a cidade de Brejo da Madre - PE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item I.

13.4 - A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

- I - Atraso injustificado na execução do contrato;
- II - Inexecução total ou parcial do contrato;

13.4.1 - O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 10 (dez) dias.

13.4.2 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

13.5 - O valor correspondente à multa será descontado dos pagamentos subsequentes devidos pelo CONTRATANTE em decorrência da execução contratual ou cobrado judicialmente.



13.6 - Objetivando evitar dano ao Erário, o Diretor Geral poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

13.7 - A competência para a aplicação das sanções e multas é atribuída às seguintes autoridades:

I – Ordenador de Despesa – Secretários e Prefeito Municipal;

13.8 - As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

13.9 - Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

13.10 - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PRAZO PARA A ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

14.1. O prazo para a assinatura do contrato deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação e em conforme com o art. 64 da Lei nº 8.666/93, podendo ser prorrogado uma única vez a critério da administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

15.1. Conforme disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, a publicação do presente instrumento será efetuada em extrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, para sua eficácia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1. Por força do art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93, fica eleito o foro da Comarca de Brejo da Madre de Deus - PE, como competente para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

16.2. E por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito legal.

Brejo da Madre Deus/PE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA  
MADRE DE DEUS  
CONTRATANTE**

**EMPRESA \_\_\_\_\_**  
Representante .....  
**CONTRATADA**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL**  
**E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 004/2023**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, Declara que, cumpre plenamente os requisitos de habilitação estando de acordo com o artigo 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002 e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações do objeto do referido **PROCESSO LICITATÓRIO**, em atendimento ao inciso III do Art. 30 da Lei no 8.666/93.

Local e Data

---

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**  
**CARIMBO/CNPJ**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**

**ANEXO IV  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 004/2023**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara que, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos/supervenientes para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

---

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
CARIMBO/CNPJ**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E**  
**EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 004/2023**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **declara** que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA – ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, constituídas na forma da **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**.

Para tanto, anexo o **Termo de Opção do SIMPLES ou LUCRO PRESUMIDO**, registrado ou autenticado na Junta Comercial \_\_\_\_\_ (**indicar o local da sede ou domicílio da licitante, onde for o registro**).

**Declaro, ainda, para os fins do item 4.3, I “b” e do II “e” do edital que não incorremos em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2000.**

Local e Data

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**  
**CARIMBO/CNPJ**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**

**ANEXO VI**  
**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA - SRP N° \_\_\_\_/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - N° 004/2023**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS**, Estado de Pernambuco, Entidade de Direito Público, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ n° **11.153.403/0001-97**, com sede na Rua José Bonifácio, 17, Brejo da Madre de Deus- PE, neste ato representada pela Sra. **SONIA MARIA CATEL GERNER**, portadora do CPF n° 015.906.488-03 e Cédula de Identidade n° 489.010 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Cônego Lira, 232 – Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus- PE, doravante denominando **ÓRGÃO GERENCIADOR**, deste Registro de Preços, e a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n° \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo o Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o n° \_\_\_\_\_, e portador da identidade n° \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_ como **FORNECEDOR**, sujeitando-se às determinações contidas nas Leis n° 10.520/02, Lei federal 123/2006, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto n° 7892/13 e aplicando-se, subsidiariamente a Lei Federal 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e pelas condições estabelecidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS e demais normas pertinentes e aplicáveis, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**1.0 - DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para Eventual Fornecimento parcelado de Material de Limpeza, Higiene Pessoal, Descartáveis, Apoio, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, a planilha abaixo e a proposta vencedora da licitação em epígrafe, integram o presente instrumento independentemente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL

**VALOR TOTAL - R\$ \_\_\_\_\_(...)**

## **2.0 - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 – O objeto será fornecido mediante execução indireta, sob a forma de preço unitário.

## **3.0 – DO FORNECIMENTO, RECEBIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

3.1 – O fornecimento dos itens será realizado por solicitações através das OF, só poderá ser iniciado após assinatura da ata de registro de preços ou do instrumento contratual

3.2 - Os itens serão fornecidos conforme especificações, quantitativos e programação definidos por este termo de referência.

3.3 - Os itens deveram ser fornecidos em embalagens originais do produto, deve conter registro, da data de fabricação e validade do produto estampado no rótulo da embalagem e o prazo de validade do item deve ter no **mínimo 06 meses de validade**.

3.4 - O setor de compras emitirá ordem de fornecimento com os pedidos para as empresas vencedoras, através de e-mails As ordens de fornecimento conterão: data, valor unitário do item, quantidade pretendida, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável.

3.5 - A entrega dos itens solicitados é de responsabilidade do licitante vencedor.

3.6 - A nota de empenho poderá ser considerada como instrumento contratual.

3.7 - A entrega somente deverá ser efetuada pelo licitante vencedor após recebimento da Ordem de Fornecimento e deverá ser feita conforme locais descritos na OF que podem variar.

3.8 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais definidos da seguinte forma:

- Fiscalização será realizada pela servidora municipal. **Paula Izabele de Lima Oliveira**, matricula sob nº 662-3, o qual solicitará os itens necessários ao licitante, sendo ele mesmo responsável pelo pedido como também o mesmo será responsável pelo recebimento provisório e definitivo dos itens solicitados.

3.9 - O recebimento dos itens acontecerá da seguinte forma:

3.9.1 - Após a emissão da respectiva ordem de fornecimento o objeto desta licitação deverá ser entregue no endereço indicado na ordem de fornecimento, das 7h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, conforme prazo estabelecido neste termo.

3.9.2 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinados pela parte, no ato da entrega do documento fiscal, para efeito de posterior verificação da conformidade;

3.9.3 - Definitivamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, considerando a qualidade, quantidade, prazos de validades, estado dos produtos e especificações e consequente aceitação, comprovada a conformidade desses com as especificações exigidas neste Edital, sendo, então, emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

**3.10 - O Prazo de entrega deverá ser de no máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de envio da ordem de fornecimento por e-mail.**

3.11 – Os produtos devem ser entregues de acordo no horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social **das 7:00 horas até a 13:00 horas.**

3.12 – Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência dos itens.

3.13 – Os itens poderão ser rejeitados de forma total ou parcial, caso não estejam de acordo com as especificações do “Quadro” modelo no item 09 deste Termo de Referência, deverão os mesmos serem substituídos num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

#### **4.0 - DO PAGAMENTO**

4.1 - O pagamento será realizado até o décimo dia do mês subsequente a entrega, após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo dos itens, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com este Termo de Referência.

4.2 - O pagamento só será autorizado após o cumprimento do disposto neste Termo de Referência.

4.3 - Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação pelo município.

4.4 - O Licitante deverá enviar a nota fiscal na mesma data de sua emissão, sendo está emitida em dias uteis e horários comerciais, para o e-mail informado nas ordens de fornecimento mesmo que a mercadoria chegue ao município após a data de emissão. O não envio, acarretará no cancelamento da mesma, caso chegue a nosso município após a data de sua emissão.

4.5 – O Setor financeiro verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

4.6 – Será deduzido do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

4.7 - A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

#### **5.0 - DOS ÓRGÃO(S) GERENCIADOR(ES)**

5.1 - O órgão gerenciador será a **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS.**

5.2 - São órgãos e entidades públicas participantes do Registro de Preços:

5.2.1 – Fundo Municipal de Assistência Social do Brejo da Madre de Deus – PE.

## **6.0 - DA FISCALIZAÇÃO**

6.1. Compete à fiscalização:

- Fiscalização será realizada pela servidora municipal. **Paula Izabele de Lima Oliveira**, matrícula sob nº 662-3, o qual solicitará os itens necessários ao licitante, sendo ele mesmo responsável pelo pedido como também o mesmo será responsável pelo recebimento provisório e definitivo dos itens solicitados.

## **7.0 – DA VEDAÇÃO À ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 - Esta ata de registro de preços **NÃO** será objeto de adesão por parte de nenhum órgão ou entidade pública ou privada.

## **8.0 - VALIDADE DA ATA**

8.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura da mesma, não podendo ser prorrogada. Se antes do final da vigência da ata houver interesse entre as partes e existência de saldo, poderá ser celebrado contrato, no termo do art. 57 - I, da Lei 8.666/93.

## **9.0 - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DA ATA**

9.1 - O FORNECEDOR fica obrigado a executar o objeto da presente ata nas quantidades indicadas na carta de autorização de fornecimento, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, firmados em decorrência da presente ata de registro de preços.

§ 1º A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao FORNECEDOR a preferência em igualdade de condições.

§ 2º Durante a vigência desta ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

§ 3º Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 4º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

§ 5º - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o Município do Brejo da Madre de Deus, poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos



motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.

9.2 - Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado – equação econômico-financeira.

## **10.0 - DAS PENALIDADES**

10.1 - O descumprimento da Ata de Registro de preços ensejará a aplicação das penalidades/sanções estabelecidas no Termo de Referência/Edital.

10.2 - É de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013).

## **11.0 - CONDIÇÕES GERAIS**

11.1 - As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7.892/13.

## **12.0 - DO FORO**

12.1 - O foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes desta ata de registro de preços é o da Comarca de Brejo da Madre de Deus - PE.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Brejo da Madre de Deus - PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
**FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BREJO DA  
MADRE DE DEUS  
ÓRGÃO GERENCIADOR**

\_\_\_\_\_  
**EMPRESA \_\_\_\_\_  
FORNECEDOR**